

## Só a pressão de professores, funcionários e estudantes colocará a LDO na pauta da Alesp

**A**pós longas e difíceis negociações na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), a mobilização de estudantes, funcionários e professores obteve, no dia 29/8/06, um avanço importante para o aumento do investimento em Educação Pública no Estado de São Paulo. Por 7 votos a favor e 2 contra (Arnaldo Jardim, do PPS e Vaz de Lima, do PSDB), a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) aprovou o relatório do deputado Edmir Chedid (PFL), que contempla:

- 10,43% do ICMS, incluindo a parcela proveniente da dívida ativa mais a parcela correspondente da Lei Kandir para as universidades estaduais;

- 1% do ICMS, incluindo a parcela proveniente da dívida ativa mais a parcela correspondente da Lei Kandir para o Centro Paula Souza;

- 31% do total da receita de impostos mais transferências da União para a Educação Pública em geral.

### Obstrução de Rodrigo

Embora contássemos que o relatório fosse publicado e aditado imediatamente, de forma que pudesse ser pauta na Alesp para votação em plenário, fomos surpreendidos pelo atraso da Presidência da Casa, exercida pelo deputado Rodrigo Garcia (PFL), em dar andamento a este passo importante para a aprovação breve da LDO-2007.

Foram alegadas dificuldades facilmente contornáveis (como defeito no disquete de computador (???), necessi-

dade de revisão), e foi necessária uma pressão insistente para que o relatório finalmente fosse publicado no *Diário Oficial*, no dia 6/9/06.

Além disso, a Presidência não convocou o Colégio de Líderes para 5/9, terça-feira. A mesma pressão que realizamos fez finalmente que o relatório da CFO fosse enviado para publicação e também obteve o compromisso de convocação do Colégio de Líderes para 12/9, terça-feira, às 15 horas. Nesta data a LDO deverá constar da pauta da Alesp, muito embora esteja longe de ser o seu primeiro item.

A liderança do PT recolheu mais de 32 assinaturas de deputados, necessárias para que a LDO tramite em regime de urgência, pois, ao contrário do que tem acontecido há décadas, o projeto do Executivo veio sem o requerimento de urgência.

### Há solução...

Ainda assim, se houver vontade política efetiva de defender a Educação Pública, há vários modos de a Alesp cumprir a sua obrigação republicana de discutir e aprovar uma lei tão fundamental para o planejamento da ação do Estado, como a LDO: 1) inverter a pauta de votação ou 2) o Presidente da Casa, assumindo sua responsabilidade como dirigente do Legislativo, convocar sessão extraordinária, apenas com a LDO-2007 na pauta, exatamente como o fez no ano passado. Ou será que em 2006 acordos eleitoreiros transformaram em fumaça o discurso da independência entre os poderes e de autonomia



Daniel Garcia

Manifestantes comemoram aprovação da LDO-2007 na Comissão de Finanças e Orçamento, em 29/8

do Legislativo, feito em público pelo presidente da Alesp, Rodrigo Garcia?

### Propostas do Fórum

É importante o registro de que tratar com o Parlamento brasileiro não é fácil. É indispensável muita paciência e perseverança! Entretanto, dentro do quadro atual, não há como curto-circuitar esta intervenção, importante na defesa da Educação, Saúde, enfim de todos os direitos sociais da população brasileira. Assim, devemos saber lidar constantemente com “enrolação”, mudança de horários e datas, idas à Alesp sem que haja reuniões ou sessões de deliberação pré-agendadas etc.

Mas ninguém se iluda: é fruto dessa persistência e da nossa capacidade de mobilização que obtivemos os avanços que, sem dúvida, ainda

precisam ser consolidados. E que só poderão consolidar-se caso mantenhamos a mesma disposição de luta, pressão, persistência e capacidade de negociação e diálogo.

Com esta perspectiva, o Fórum das Seis, reunido na Alesp no dia 5/9/06, deliberou os seguintes encaminhamentos:

- Presença massiva na Alesp dia 12/9, 3ª feira, a partir das 14h, para pressionar o Colégio de Líderes e a Presidência a encaminhar a votação imediata da LDO-2007 e a aprovação do relatório votado na CFO em 29/8;

- Acompanhamento constante do trâmite da LDO-2007 durante toda a semana de 12 a 15/9;

- Sem perder de vista a necessidade de finalizar a discussão e a negociação da nossa pauta de data-base, foi enviado, no dia 6/9/06, ofício

ao Cruesp com as seguintes propostas:

1. Reagendamento da reunião com a Comissão Técnica, inicialmente marcada para o dia 12/9, de forma que a nova reunião antecederesse uma rodada de negociação com os Reitores para continuar discutindo nossa pauta de reivindicação, inclusive salarial;

2. Reivindicar aos Reitores e à Presidência do Cruesp que enviem ofício à Presidência e aos líderes de bancadas partidárias na Alesp manifestando apoio ao relatório aprovado na CFO e o encaminhamento imediato da deliberação da LDO-2007.

Só a pressão sobre os Deputados, as lideranças de partidos e a Presidência da Alesp poderá consolidar a ampliação do investimento do estado na Educação Pública em todos os níveis.

# Governo perde votação da LDO-2007 na CFO

Aprovado por 7 a 2 o relatório de Chedid, que incorpora em parte emendas do Fórum das Seis

O auditório Teotônio Vilela estava apinhado na noite de 29/8. Os atrasados só puderam escolher entre a dureza do chão ou o desconforto de ficar em pé. Já os prevenidos carregavam um livro ou dois debaixo do braço: sabedores dos tortuosos trâmites da LDO na Assembleia Legislativa (Alesp), anteviam longas obstruções à reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), convocada para apreciar o relatório do deputado Edmir Chedid (PFL), que modificou o projeto original de LDO-2007 enviado pelo Governo estadual e incorporou, em parte, emendas apresentadas pelo Fórum das Seis e pelos movimentos sociais, fazendo aumentar o repasse de recursos para áreas como educação, saúde e segurança pública.

A CFO contou, nessa reunião, com todos os nove deputados que a compõem, o que foi uma surpresa em razão da resistência do Governo ao relatório de Chedid. O presidente da CFO, deputado José Calдини Crespo (PFL), aventou no início da reunião a possibilidade de os deputados situacionistas utilizarem o “direito legítimo da obstrução”, mas que isso não seria motivo para adiamento da votação do relatório. “Se houver necessidade, iremos até a madrugada ou as primeiras horas de amanhã”, alertou; “não aceitarei proteção, avisei que as máscaras cairiam no dia de hoje”.

As previsões pareceram se confirmar quando o deputado Vaz de Lima (PSDB), o primeiro a pedir a palavra, solicitou que a sessão fosse suspensa por três minutos, o que foi negado por Calдини Crespo. Diante do indeferimento do pedido, Vaz de Lima requisitou a leitura integral do relatório. Ao final de breve discussão, o presidente assentiu que a ses-

são fosse suspensa, contanto que se agilisassem os procedimentos ao retorno.

## 1% para Ceeteps

Se, por um lado, os três minutos de suspensão viraram 30, é verdade que longas horas foram abreviadas com a mudança de posição de Vaz de Lima. O deputado assentiu, após a discussão de bastidores, que se procedesse à leitura apenas das conclusões do relatório antes de colocá-lo em votação.

A secretaria apresentou, assim, as conclusões do relatório da LDO-2007, elencando as emendas adicionadas ao texto enviado à Alesp pelo Governo. Com relação à educação pública, o relatório incorporou as emendas que prevêem 31% da receita de impostos para edu-

cação em geral, o que inclui a vinculação de 10,43% da cota-parte do ICMS para as universidades estaduais (dos quais 0,43% a serem necessariamente empregados na expansão dessas universidades), bem como 1% da cota-parte para o Centro Paula Souza (Ceeteps). Se este último item vier a ser efetivamente aprovado na LDO-2007, será a primeira vez que o Ceeteps contará com verba vinculada à arrecadação do ICMS.

Ao final da leitura, o deputado Edson Aparecido, líder do governo, reiterou a conhecida posição do Palácio dos Bandeirantes, “contrária ao parecer de Edmir Chedid e favorável ao projeto original”, com a ressalva do repasse necessário para abertura de cursos no *campus* de Limeira, pela Unicamp.



Daniel Garcia

Reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, em 29/8

Procedeu-se, então, à votação nominal do relatório de Chedid. Os deputados Arnaldo Jardim (PPS) e Vaz de Lima posicionaram-se contra o relatório, alinhados com a defesa de Edson Aparecido. O deputado Waldir Agnello (PTB)

manifestou-se favorável, mas “com restrições”. Aprovaram integralmente o conteúdo do relatório os deputados Mário Reali (PT), Romeu Tuma (PMDB), Paulo Sérgio (PV), Renato Simões (PT), Edmir Chedid e Calдини Crespo.

## Nossa Caixa: dúvidas permanecem

Os jornais de 2/9 publicaram anúncio da Nossa Caixa, destinado ao funcionalismo público. O texto informa que, em setembro, agências do banco, em número não especificado, “vão funcionar aos sábados, das 10 às 16 horas, somente para abrir sua conta corrente”, e fala em “tratamento exclusivo” para esses novos correntistas.

Para os docentes e funcionários técnico-administrativos da USP que pensam em transferir suas contas do Banespa para a Nossa Caixa, porém, as dúvidas persistem. Continua sendo incompreensível que a Nossa Caixa — que sabe há anos que, a partir de 2007, haveria migração das contas — não tenha se preparado para isso com a reforma da agência do campus da USP na capital, que não tem capacidade

para receber milhares de novos correntistas. Dos campi do interior, sequer chegam informações a respeito.

Diversos bancos privados decidiram, em 2005, construir agências no campus, no entorno das agências da Nossa Caixa, do Banco do Brasil e do Banespa. Mesmo diante dessa movimentação que criou um “enclave bancário” privado, a Nossa Caixa permaneceu inerte. Enquanto isso, o Banespa tomava iniciativas para conter a possível evasão de correntistas, abrindo para estes a possibilidade de manter contas nas duas instituições (Banespa e Nossa Caixa) sem ter que arcar com o ônus financeiro das transferências de dinheiro entre uma e outra. (Esta possibilidade, contudo, passa a ser legalmente contemplada, a



Daniel Garcia

partir de 2007, pelo “pacote” anunciado em 6/9 pelo Banco Central para tentar baixar os juros bancários).

A agência da Nossa Caixa ocupa hoje 400 m<sup>2</sup>, mas dispõe de um espaço total de 1.200 m<sup>2</sup>, de modo que obras de ampliação poderiam melhorar muito as instalações do prédio. Para contornar o problema, a Nossa Caixa, nos entendi-

mentos que vem mantendo com a USP, ofereceu a instalação de postos nas unidades, para descentralizar o atendimento.

Há semanas o *Informativo Adusp* vem solicitando à Nossa Caixa uma entrevista, com o intuito de esclarecer as dúvidas suscitadas pelo processo de migração das contas. A entrevista vem sendo adiada pela direção do banco.